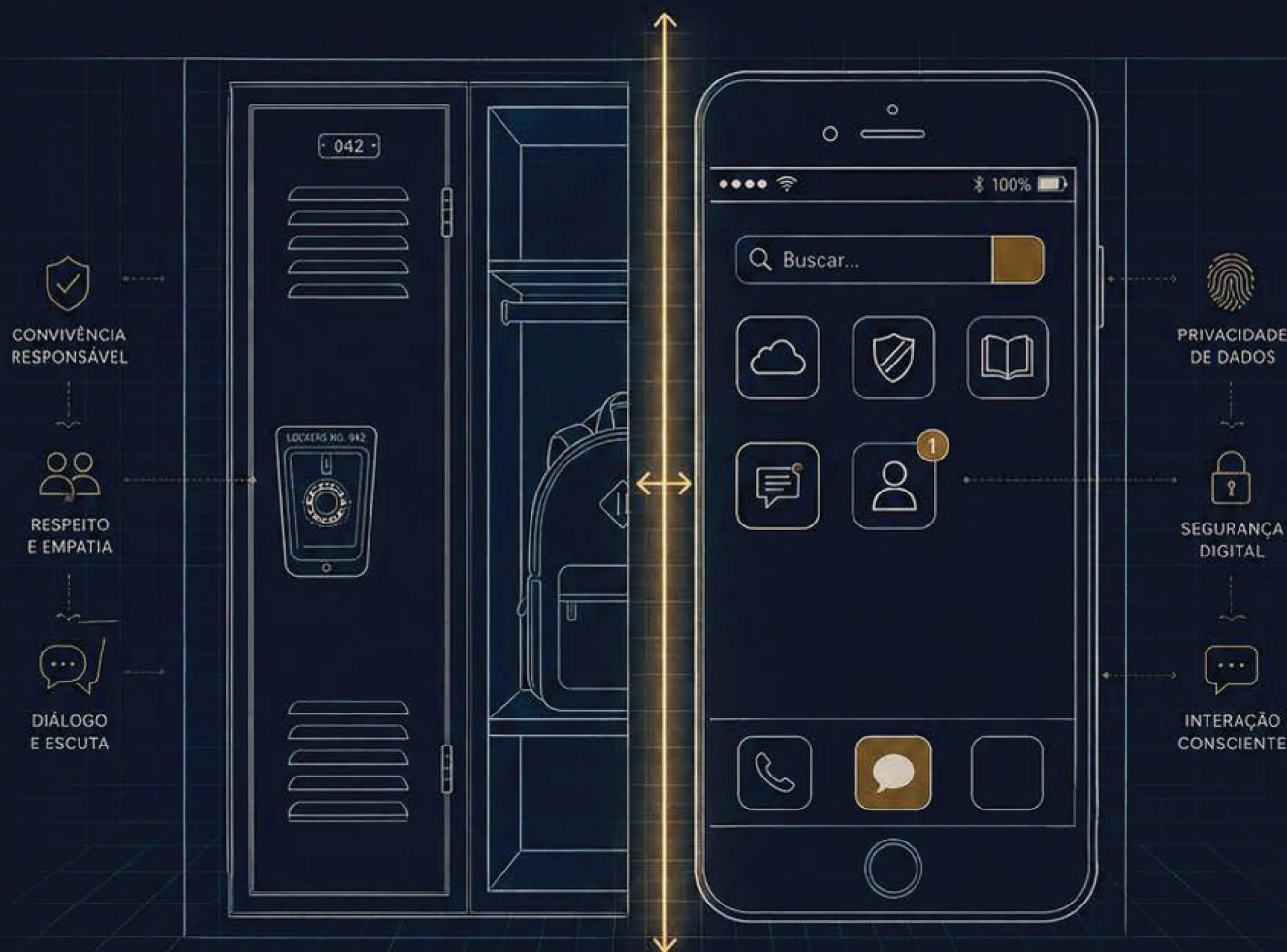


DO RECREIO AO DIGITAL

Manual prático de cidadania digital

Bullying, cyberbullying, racismo, antissemitismo,
segurança digital e convivência com responsabilidade



Programa AVIVA18 Educação — Educar para Proteger

AVIVA.18

EDUCAÇÃO



Nota técnica e pedagógica	3
A escola é o primeiro território da convivência	6
O mapa da lei na prática	7
Bullying, cyberbullying e a linha entre brincadeira e crime	8
Racismo, antissemitismo e discurso de ódio	9
A internet não apaga: rastro digital e preservação de provas	10
Protocolo básico de acolhimento e reparação	11
A dor do bullying não é detalhe	12
Sinais de alerta	13
O que fazer primeiro	14
Protocolo de acolhimento institucional	15
Responsabilidade de diretores, professores e instituições	16
Como agir no mundo real	17
Como agir no mundo virtual	18
Segurança digital	19
Kit prático de segurança digital	20
Preservação de provas sem ampliar o dano	21
Reparação e reconstrução do ambiente	22
Checklist final de convivência segura	23
O antídoto contra o ódio	24

*Educar para proteger é transformar informação em cuidado,
presença em prevenção e limite em dignidade.*

NOTA TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Programa AVIVA18 Educação - Educar para Proteger Guia "Do Recreio ao Digital: Manual Prático de Cidadania Digital"

O presente guia integra o Programa AVIVA18 Educação - Educar para Proteger, iniciativa educacional, preventiva e institucional voltada à formação de crianças, adolescentes, jovens, famílias, educadores e comunidades escolares para a convivência responsável no ambiente físico e digital.

A educação é o primeiro muro contra o ódio e a primeira ponte para a convivência humana. O que acontece no recreio, na sala de aula, no grupo de mensagens, no perfil de rede social ou no jogo online não pertence a mundos separados. A vida escolar e a vida digital hoje se comunicam, se contaminam e, muitas vezes, produzem consequências reais, emocionais, disciplinares, civis e jurídicas.

Este material nasce dessa constatação simples e urgente: ninguém nasce sabendo onde termina a liberdade e onde começa o abuso. Esse limite precisa ser ensinado. Com clareza. Com firmeza. Com linguagem adequada. E antes que a violência aconteça.

O guia tem finalidade exclusivamente educativa, preventiva, informativa e institucional. Seu objetivo é oferecer uma primeira camada de orientação sobre cidadania digital, convivência escolar, bullying, cyberbullying, racismo, antissemitismo, discurso de ódio, segurança online, preservação básica de provas e acolhimento inicial de vítimas.

Não se trata de parecer jurídico individualizado, peça processual, protocolo completo de investigação, manual de compliance escolar ou substituto de acompanhamento especializado. Trata-se de um instrumento pedagógico de prevenção, conscientização e resposta inicial. Em situações concretas, a atuação adequada exige análise do contexto, identificação dos envolvidos, preservação técnica de evidências, acolhimento da vítima, avaliação de risco, comunicação institucional adequada e, quando necessário, encaminhamento jurídico, psicológico, escolar ou às autoridades competentes.

A Constituição Federal assegura a igualdade, a dignidade, a liberdade de expressão e a proteção contra discriminações atentatórias aos direitos fundamentais, lembrando que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral de crianças e adolescentes, e a Lei nº 14.811/2024 reforçou a necessidade de medidas de proteção contra a violência em estabelecimentos educacionais ou similares, além de inserir a intimidação sistemática e a intimidação sistemática virtual no Código Penal.

NOTA TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Continuação

Nesse contexto, falar de bullying, cyberbullying, racismo, antissemitismo e discurso discriminatório não é "politizar" a escola. É cumprir sua função civilizatória. Escola não é apenas lugar de conteúdo. É lugar de formação humana. Ensina matemática, língua, história - e também ensina limites, responsabilidade, empatia, pertencimento e respeito.

A liberdade de expressão é valor essencial em uma democracia. Mas liberdade não é licença para humilhar, perseguir, ameaçar, desumanizar ou transformar a identidade de alguém em alvo. A escola precisa ensinar esse limite sem medo: opinião se debate; violência se interrompe. Discordância se sustenta com argumentos; discriminação se enfrenta com responsabilidade.

O ambiente digital ampliou esse desafio. Uma mensagem enviada por impulso, uma montagem, um meme, uma exposição vexatória, uma acusação falsa, um símbolo de ódio ou uma "piada" repetida em grupo podem ultrapassar o campo da brincadeira e produzir danos graves. A tela cria a ilusão da distância, mas não elimina a responsabilidade. Pelo contrário: muitas vezes registra, multiplica e preserva o rastro da agressão.

Por isso, o guia trabalha com uma premissa central: a internet não é terra sem lei. O ambiente digital também exige ética, prudência, respeito à dignidade humana e consciência das consequências. Curtir, compartilhar, comentar, editar, repostar ou participar silenciosamente de uma humilhação coletiva pode alimentar a violência e ampliar o dano.

O Programa AVIVA18 Educação busca transformar princípios jurídicos e éticos em linguagem clara, acessível e aplicável ao cotidiano escolar. A proposta não é assustar crianças e adolescentes com a lei, mas fazê-los compreender que direitos existem para proteger pessoas - e que deveres existem para preservar a convivência.

O guia também reconhece que a vítima não pode ser deixada sozinha. O primeiro dever diante de uma agressão é acolher. Acolher não é minimizar, relativizar ou pedir silêncio para "evitar confusão". Acolher é escutar, proteger, estabilizar o ambiente, preservar provas quando necessário e encaminhar o caso pelos canais adequados.

Da mesma forma, a prevenção não se limita aos estudantes. Famílias, educadores, coordenações pedagógicas e instituições precisam compreender seu papel. A formação digital de crianças e adolescentes não acontece por abandono nem por vigilância cega. Acontece por presença, diálogo, limite, orientação e exemplo. Onde adultos se omitem, o grupo educa sozinho - e grupo sem direção costuma transformar crueldade em entretenimento.

NOTA TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Continuação e avisos legais

O chamado Protocolo Básico de Acolhimento e Reparação, apresentado neste material, constitui apenas uma orientação inicial: identificar a agressão, preservar provas, acolher e estabilizar, acionar canais formais. Ele não esgota a metodologia da AVIVA18 nem substitui protocolos completos de atuação institucional. Ao contrário: indica a porta de entrada para uma resposta responsável. O básico é o começo; o trabalho sério exige técnica, experiência e acompanhamento.

Este guia deve ser lido como instrumento de formação cidadã. Ele não pretende punir antes de educar, nem judicializar toda falha de convivência. Mas também não aceita que violência seja escondida sob o rótulo confortável de "brincadeira". Quando uma conduta humilha, isola, ameaça, persegue, discrimina ou desumaniza, a comunidade escolar precisa agir. Com proporcionalidade, sim. Com humanidade, sempre. Mas com firmeza.

A AVIVA18 Educação parte de uma convicção: prevenir é proteger. E proteger, neste caso, significa ensinar antes, acolher durante e reparar depois. Significa formar estudantes capazes de reconhecer o erro, interromper o ciclo de violência e escolher não ser plateia do ódio.

A cidadania digital não é uma disciplina do futuro. É uma urgência do presente. Ela começa no modo como uma criança trata o colega no recreio, no modo como um adolescente se comporta no grupo de mensagens, no modo como uma família orienta o uso da tecnologia e no modo como a escola responde quando a dignidade de alguém é atingida.

Educar para proteger é ensinar que cada clique pode ferir ou cuidar. Cada palavra pode construir ou destruir. Cada silêncio pode interromper ou alimentar uma violência.

*ninguém deve ter medo do recreio;
ninguém deve atravessar uma agressão sozinho;
ninguém deve confundir liberdade com licença para desumanizar;
ninguém deve transformar dor alheia em espetáculo.*

**Educar é impedir que o ódio encontre plateia.
Educar é proteger a humanidade.**

PRODUÇÃO E PÚBLICO-ALVO

Produção: AVIVA18 / Lilia Frankenthal

Público-alvo: crianças, adolescentes e jovens - do 1º grau à universidade; famílias, sociedade civil, educadores e pais.

AVISOS LEGAIS

1. Este material possui finalidade exclusivamente educativa, preventiva e institucional. A apresentação ocorre unicamente para fins de alerta, capacitação e prevenção, não constituindo endosso, apologia ou reprodução de discurso de ódio, extremismo ou discriminação.
2. Este kit é para distribuição totalmente gratuita, para esclarecimento e orientação.
3. Protegido pela Lei de Direitos Autorais: a reprodução parcial ou integral é proibida sem os devidos créditos, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

A escola é o primeiro território da convivência

AVIVA18 Educação — Educar para Proteger

A educação é o primeiro muro contra o ódio e a primeira ponte para a convivência humana. O programa AVIVA18 Educação transforma princípios jurídicos e éticos em linguagem clara, acessível e aplicável ao cotidiano escolar e digital.



01

Território único

O que acontece no recreio e o que acontece na internet fazem parte da mesma formação cidadã.



02

Conhecer para proteger

Crianças e adolescentes precisam saber onde termina a liberdade e onde começa a humilhação, o abuso ou o ilícito.



03

Acolher para reparar

Quando há dor, o primeiro dever é acolher, estabilizar o ambiente e reconstruir a confiança.



04

Educar para transformar

A prevenção reduz conflitos, fortalece a escola e impede que o ódio encontre plateia.

O MAPA DA LEI NA PRÁTICA

O que a lei garante e o que a convivência exige



O ESCUDO — O QUE A LEI GARANTE



Igualdade e dignidade

Ninguém pode ser humilhado ou atacado por raça, religião, origem, condição ou identidade.



Proteção integral

A criança e o adolescente têm direito à proteção no ambiente escolar e digital.



Liberdade com limite

A liberdade de expressão não inclui o direito de desumanizar, perseguir ou ameaçar.



Acesso à ajuda

Toda vítima tem direito a acolhimento, orientação e canais formais de denúncia.



O ESPELHO — O QUE A LEI EXIGE



Respeito à dignidade

Conviver é não ser a causa do medo ou da dor de ninguém.



Responsabilidade direta

O que se diz no corredor, no grupo ou na rede tem consequência.



Autocontrole ético

Pausa, reflexão e empatia são parte da cidadania.



Responsabilidade digital

A internet não apaga o rastro nem afasta a responsabilidade.



Direito e dever caminham juntos: o respeito protege todos.

Bullying, cyberbullying e a linha entre brincadeira e crime

Lei nº 14.811/2024: o que antes era minimizado agora exige resposta séria



Bullying presencial

Violência física, verbal, psicológica ou social, intencional e repetitiva, que causa humilhação, medo, exclusão ou sofrimento.



Se machuca, isola ou humilha, não é brincadeira.



Cyberbullying

Violência no ambiente digital: mensagens, grupos, memes, perfis, montagens, exposição vexatória, perseguição e ataques online.



A distância da tela não protege o agressor; muitas vezes só facilita a prova.



Sinais de alerta



apelidos humilhantes



exclusão sistemática



exposição pública



ataques em grupo



Quando o alvo é a cor da pele, a religião, a origem ou a identidade, a violência pode configurar também **discriminação e crime**.

Racismo, antissemitismo e discurso de ódio

Preconceito não é opinião; quando desumaniza, exclui ou incita, fere a dignidade e pode ser crime.



Racismo

É a discriminação ou inferiorização de pessoas e grupos por raça, cor, etnia ou origem. No Brasil, é crime grave e atinge a dignidade humana.



Antissemitismo

É a hostilidade contra judeus, individualmente ou como coletividade. É uma das formas históricas do ódio e reaparece também em insultos, símbolos, teorias conspiratórias e ataques digitais.



Discurso discriminatório

Piadas repetidas, apelidos, estereótipos, memes, símbolos e falas aparentemente banais podem normalizar a violência.

Como prevenir



informação
confiável



reconhecimento
dos sinais



reação
responsável



acolhimento
imediatO



Educar para respeitar é proteger a dignidade e construir um ambiente seguro para todos.



A internet não apaga: rastros digitais e preservação de provas

No ambiente online, registrar corretamente é proteger a vítima e permitir resposta adequada.



1. Capture a URL

Se possível, registre o link completo do perfil, postagem ou página.



2. Mostre a identidade

O print deve exibir nome, arroba, foto do perfil ou elementos que identifiquem o agressor.



3. Registre data e hora

A informação temporal precisa estar visível e legível.



4. Não corte a mensagem

Preserve o conteúdo integral, sem editar ou recortar de modo que perca contexto.



5. Guarde e compartilhe com responsabilidade

Salve os arquivos e encaminhe à escola, aos responsáveis ou aos canais formais quando necessário.



Posts ofensivos podem ser apagados da tela, mas nem sempre desaparecem do mundo jurídico.



Protocolo Básico de acolhimento e reparação

Quatro passos para agir com firmeza e humanidade



1

Passo 1: Identifique a agressão

Não minimize a dor. O que humilha, ameaça, exclui ou expõe exige atenção.



2

Passo 2: Preserve as provas

Registre prints, links, data, hora e elementos de identificação.



3

Passo 3: Acolha e estabilize

A vítima não deve atravessar isso sozinha; o primeiro cuidado é devolver segurança.



4

Passo 4: Acione os canais formais

Escola, coordenação, responsáveis e, quando necessário, medidas jurídicas e institucionais.



O objetivo não é apenas punir; é interromper a violência, proteger a vítima e reconstruir o ambiente.

A dor do bullying não é detalhe

Quando a escola minimiza, a ferida aumenta

Bullying não é conflito comum, nem fase, nem brincadeira mal compreendida. É uma experiência de exposição, medo e perda de pertencimento. Para a vítima, a escola deixa de ser lugar de aprendizagem e passa a ser território de vigilância: onde sentar, por onde andar, com quem falar, quem riu, quem filmou, quem compartilhou.

A dor pode aparecer no corpo, no rendimento, no sono, na alimentação, no humor e na forma como a criança ou o jovem se enxerga. O ataque repetido ensina uma mentira cruel: a de que a vítima merece ser alvo. Por isso, a primeira resposta adulta deve ser simples e firme: eu acredito que isso doeu; você não está sozinho; vamos agir com cuidado e responsabilidade.

Nunca diminua a dor de alguém que sofreu um ataque. O adulto que chama a violência de drama, exagero ou mimimi entrega a vítima ao agressor uma segunda vez.



Escutar

Ouvir sem interromper, sem ironizar e sem transformar a vítima em suspeita.



Proteger

Interromper a exposição, separar o alvo do agressor e reduzir o risco imediato.



Observar

Registrar sinais, testemunhas, contexto e repetição sem teatralizar o caso.



Encaminhar

Levar o episódio aos canais corretos, com acolhimento e documentação.

Regra de ouro: a dor não precisa caber no tamanho que o adulto imagina. Ela precisa ser acolhida no tamanho em que a vítima a sente.

Sinais de alerta

O aluno nem sempre pede ajuda com palavras

Muitos estudantes não dizem “estou sofrendo bullying”. Eles mudam. Recuam. Explodem. Somem. Riem sem graça. Inventam desculpas para não ir à aula. A escola, a família e o clube precisam aprender a ler esses sinais antes que o sofrimento vire isolamento profundo.



Mudança de rotina

Faltas frequentes, atrasos, pedidos para trocar de turma, evitar recreio, ônibus, treino ou grupo.



Sofrimento emocional

Choro fácil, irritação, ansiedade, medo de celular, vergonha intensa, silêncio incomum.



Queda escolar

Desatenção, perda de rendimento, abandono de atividades, recusa de apresentações e trabalhos em grupo.



Isolamento social

Perda repentina de amigos, exclusão de rodas, festas, jogos, grupos e conversas online.



Sinais digitais

Apagar perfis, sair de grupos, pânico ao receber notificações, ocultar comentários ou mensagens.



Sinais físicos

Dor de cabeça, dor de barriga, alterações de sono, marcas no corpo, sumiço de material ou dinheiro.

Atenção: um sinal isolado não prova bullying. Um conjunto de sinais, repetido no tempo, exige aproximação cuidadosa. Pergunte com calma: “Percebi que algo mudou. Quer me contar? Eu vou te ouvir sem julgar.”

O que fazer primeiro

A primeira resposta pode proteger ou piorar tudo

1

Pare a exposição

Se há postagem, grupo, foto, áudio ou piada circulando, interrompa a circulação dentro do possível. Não peça para todos verem “para entender”. Isso amplia o dano.

2

Acolha sem interrogatório

Converse em lugar reservado. Pergunte o que aconteceu, quem viu, onde ocorreu e como a vítima está. Evite tom policial.

3

Preserve provas

Guarde links, prints, datas, nomes de perfis e mensagens completas. Não edite, não recorte e não responda por impulso.

4

Comunique canais formais

Coordenação, direção, responsáveis, equipe de proteção, entidade ou autoridade competente devem ser acionados conforme a gravidade.

5

Defina medidas de proteção

A vítima não deve continuar vulnerável enquanto a apuração caminha. Ajuste rotas, supervisão, grupos, atividades e acesso digital.

Frase proibida: “deixa pra lá”. Deixar para lá é excelente para poeira, não para violência. Quando há humilhação, ameaça, perseguição ou discriminação, o dever adulto é agir.

Protocolo de acolhimento institucional

O básico bem feito já evita muito estrago

1. Recepção segura

Receber a vítima sem exposição. Garantir privacidade, linguagem adequada à idade e presença de adulto de confiança quando necessário.

2. Escuta qualificada

Ouvir sem antecipar culpa, sem pressionar por detalhes desnecessários e sem colocar vítima e agressor frente a frente como primeira medida.

3. Registro inicial

Anotar data, horário, local, envolvidos, testemunhas, descrição objetiva dos fatos, evidências digitais e providências já adotadas.

4. Proteção imediata

Avaliar risco de nova exposição. Ajustar circulação, sala, treino, grupo de mensagens, supervisão, contato e rotina.

5. Comunicação responsável

Informar responsáveis e direção com objetividade. Evitar boatos, grupos paralelos, prints desnecessários e exposição da vítima.

6. Apuração proporcional

Ouvir envolvidos e testemunhas, preservar contraditório pedagógico e separar erro, conflito, bullying, discriminação e crime.

7. Reparação e acompanhamento

Definir medidas educativas, restaurativas ou disciplinares. Acompanhar a vítima depois: o caso não termina no primeiro atendimento.

8. Encaminhamento externo

Quando houver ameaça, racismo, antissemitismo, violência grave, risco à integridade ou crime, acionar rede de proteção e autoridades.

Três documentos mínimos



Ficha do caso

Registro objetivo, sem adjetivos e com linha do tempo.



Plano de proteção

Medidas para impedir repetição e retaliação.



Plano de reparação

Ações pedagógicas, disciplinares e de reconstrução.

Importante: protocolo não é burocracia fria. É cuidado organizado. É o modo adulto de dizer: “a instituição viu, ouviu, registrou e vai responder”.

Responsabilidade de diretores, professores e instituições

Omissão também educa - quase sempre do jeito errado

Diretores, coordenadores, professores, treinadores e responsáveis por clubes ou entidades não precisam controlar cada gesto de crianças e jovens. Isso seria impossível. Mas precisam criar ambiente seguro, canais de escuta, resposta proporcional e registro adequado quando a violência aparece.

A responsabilidade institucional nasce especialmente quando a escola ou entidade sabe ou deveria saber do risco e não age com diligência. O silêncio oficial costuma ser lido pelos alunos como autorização. E autorização silenciosa é gasolina em incêndio pequeno.

Dever de prevenção

Regras claras, formação periódica, canais de denúncia e supervisão dos espaços sensíveis.

Dever de vigilância razoável

Observar recreio, corredores, vestiários, transporte, grupos oficiais e atividades externas.

Dever de acolhimento

Proteger a vítima antes de discutir reputação institucional. A criança não é problema de imagem.

Dever de registro

Documentar fatos, provas, providências, comunicações e acompanhamento.

Dever de resposta

Aplicar medidas educativas e disciplinares proporcionais, sem impunidade e sem espetáculo.

Dever digital

Orientar sobre uso de grupos, redes, imagens, dados pessoais e rastros digitais.

Princípio prático: não se exige adivinhação. Exige-se presença, método e resposta. A instituição que acolhe, registra e age reduz dano e constrói confiança.

Como agir no mundo real

Sala, recreio, corredor, vestiário, treino e clube

A violência presencial tem palco, plateia e rotina. Aparece no apelido repetido, na exclusão combinada, no empurrão “sem querer”, na intimidação no banheiro, no vestiário, no transporte, no treino, na fila, na festa e nos bastidores da vida escolar ou associativa.

A resposta precisa ser rápida sem ser improvisada. O objetivo é interromper a violência, proteger o alvo, identificar dinâmica de grupo e reconstruir regras de convivência.

Para professores

Interrompa a cena sem humilhar ninguém. Separe envolvidos. Registre. Avise coordenação. Não transforme a vítima em narradora pública do sofrimento.

Para direção/coordenação

Mapeie local, horário, repetição e testemunhas. Reforce supervisão. Comunique responsáveis. Defina medida de proteção e acompanhamento.

Para pais e responsáveis

Evite reação explosiva em grupos. Procure a escola com fatos, datas e provas. Pergunte ao filho o que ele precisa para se sentir seguro.

Para clubes e entidades

Trate treino, excursão, alojamento, WhatsApp e vestiário como ambientes institucionais. Quem organiza o espaço responde pela cultura que tolera.

Não faça acareação como primeiro reflexo. Colocar vítima e agressor frente a frente antes de estabilizar o ambiente pode gerar medo, retração, retaliação e nova humilhação. Primeiro proteja. Depois apure.

Como agir no mundo virtual

Grupo, rede social, jogo online, perfil falso e exposição

O cyberbullying muda a escala da violência. O ataque não termina quando acaba a aula: ele acompanha a vítima no bolso, no quarto, no fim de semana. Um print, uma montagem, um áudio ou um meme pode circular por horas e continuar ferindo por anos.

A resposta digital exige duas coisas ao mesmo tempo: não alimentar a exposição e preservar prova suficiente para permitir providência real.

Faça

- Salvar link, perfil, nome de usuário, data, hora e tela inteira.
- Registrar quem recebeu, quem compartilhou e quem comentou.
- Denunciar na plataforma quando houver conteúdo ofensivo, ameaça, nudez, racismo ou discurso de ódio.
- Pedir apoio adulto antes de responder. Resposta impulsiva vira mais combustível.

Não faça

- Não repostar para “denunciar” se isso ampliar a humilhação.
- Não apagar tudo antes de salvar prova.
- Não ameaçar agressor no privado. A vítima não deve virar ré da própria dor.
- Não criar mutirão de ataque. Justiça não se faz por linchamento digital.

Mensagem ofensiva

Perfil identificado

Data e hora visíveis

Link preservado

A tela não afasta a responsabilidade. Ela frequentemente registra o caminho da agressão. Clique também tem consequência.

Segurança digital

O que é e por que é importante

Segurança digital é o conjunto de hábitos, escolhas e proteções que reduzem riscos no uso de celular, computador, redes sociais, jogos, aplicativos e serviços online. Não é paranoia. É cinto de segurança. A gente usa não porque pretende bater o carro, mas porque entende que risco existe.

Para crianças, jovens e adultos, segurança digital significa proteger identidade, privacidade, imagem, dados pessoais, localização, senhas, reputação e saúde emocional. Também significa saber que nem todo perfil é quem diz ser, nem todo link é inocente, nem toda “brincadeira” desaparece depois.



Senhas

Fortes, únicas e com dupla verificação quando possível.



Privacidade

Pensar antes de expor foto, rotina, escola, clube ou localização.



Dispositivos

Bloqueio de tela, atualização e cuidado com aparelhos compartilhados.



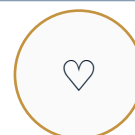
Redes

Configurar quem vê, comenta, marca e envia mensagem.



Risco

Reconhecer golpe, perfil falso, chantagem, exposição e engenharia social.



Bem-estar

Saber pausar, pedir ajuda e sair de ambientes digitais hostis.

Ideia central: segurança digital não é só tecnologia. É comportamento. A melhor senha do mundo não protege uma criança abandonada em um grupo cruel; e a melhor regra escrita não funciona sem adulto presente.

Kit prático de segurança digital

Orientação por idade e por responsabilidade

Crianças

- Não conversar com desconhecidos sem adulto por perto.
- Não enviar foto, uniforme, endereço, escola ou localização.
- Contar imediatamente se alguém assustar, pedir segredo ou ameaçar.

Adolescentes

- Ativar autenticação em duas etapas.
- Pensar antes de compartilhar prints, fotos íntimas, boatos ou humilhações.
- Não aceitar chantagem: pedir ajuda é proteção, não vergonha.

Universitários e jovens adultos

- Cuidar da reputação digital, grupos de curso, trotes, festas, exposições e acusações online.
- Guardar provas antes de reagir.
- Reconhecer assédio, discriminação e violência em ambientes acadêmicos e profissionais.

Pais e responsáveis

- Combinar regras antes do problema: horários, privacidade, grupos, jogos e redes.
- Acompanhar sem espionagem humilhante.
- Ser adulto de confiança: se a primeira reação for grito, o jovem não volta a pedir ajuda.

Escolas, clubes e entidades

- Ter política clara de uso de imagem, grupos oficiais, comunicação e denúncia.
- Treinar equipe para acolhimento e preservação de provas.
- Agir também em agressões digitais ligadas ao ambiente institucional.

Senha antiga, regra frouxa e adulto ausente: o trio trágico da vida digital. Não precisa drama; precisa método.

Preservação de provas sem ampliar o dano

Registrar é proteger - expor de novo é ferir de novo

Em casos de bullying, cyberbullying, racismo, antissemitismo, ameaça ou exposição vexatória, a prova precisa ser preservada com cuidado. Mas preservar não é espalhar. A vítima não deve ser obrigada a reviver a agressão em todo grupo de pais, sala dos professores ou reunião informal.

O registro deve ser suficiente, íntegro e responsável. Menos espetáculo, mais técnica.

1. Tela inteira

Inclua perfil, comentário, data, hora, URL e contexto.

2. Link completo

Copie endereço da postagem, página, vídeo, perfil ou grupo quando possível.

3. Ordem cronológica

Monte linha do tempo simples: antes, durante e depois.

4. Arquivo seguro

Guarde em pasta protegida, sem editar, renomeando por data.

5. Compartilhamento mínimo

Envie apenas a quem precisa agir: escola, responsável, advogado, autoridade ou plataforma.

Evite: cortar o print até perder contexto; cobrir nome de agressor antes de salvar a versão íntegra; discutir o caso em grupo grande; responder com ofensa; apagar mensagens sem backup. O zelo probatório é uma forma de cuidado.

Reparação e reconstrução do ambiente

Punir pode ser necessário; reparar é indispensável

Depois da agressão, a comunidade precisa sair do modo incêndio e entrar no modo reconstrução. A vítima precisa de segurança e acompanhamento. O agressor precisa compreender gravidade, consequência e limite. A plateia precisa deixar de ser cúmplice. E a instituição precisa revisar o que permitiu a violência prosperar.

Reparação não é teatro de desculpas. Pedido de desculpas forçado, público e mal conduzido pode humilhar de novo. Reparar exige reconhecer dano, interromper repetição, restituir segurança e transformar cultura.



Proteger

Garantir que a vítima consiga voltar à rotina sem medo de retaliação.



Responsabilizar

Aplicar medidas proporcionais, educativas e disciplinares conforme idade, gravidade e repetição.



Educar a plateia

Trabalhar testemunhas e grupo. Quem ri, repassa ou silencia também participa do ciclo.



Acompanhar

Marcar retorno. Verificar se a violência cessou. Registrar evolução. Ajustar medidas.

Meta final: a vítima não deve sair menor. A escola, o clube ou a entidade devem sair maiores: mais atentos, mais humanos, mais preparados. Isso é civilização aplicada, sem frescura e sem covardia.

Checklist final de convivência segura

Para alunos, famílias, educadores e entidades

Alunos

- Eu não participo de humilhação coletiva.
- Eu não compartilho print ofensivo.
- Eu peço ajuda quando vejo alguém sendo atacado.
- Eu entendo que “foi brincadeira” não apaga o dano.

Pais e responsáveis

- Eu sou adulto de confiança.
- Eu escuto antes de repreender.
- Eu guardo provas sem espalhar.
- Eu procuro escola, clube ou autoridade quando necessário.

Professores e educadores

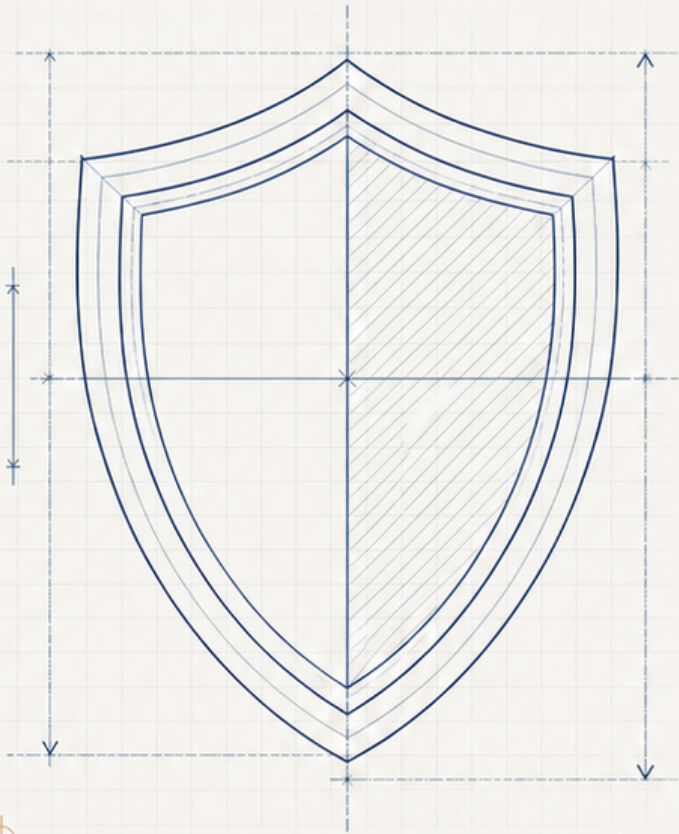
- Eu não minimizo a dor.
- Eu registro fatos de forma objetiva.
- Eu aciono coordenação e canais formais.
- Eu observo sinais de isolamento e medo.

Diretores, clubes e entidades

- Há protocolo escrito de acolhimento.
- A equipe sabe preservar provas digitais.
- Existem canais seguros de comunicação.
- A resposta institucional protege, apura e repara.

Ninguém deve atravessar uma agressão sozinho.

Educar para proteger é transformar cada sala, quadra, clube, grupo e perfil em território de dignidade.



O antídoto contra o ódio

A prevenção é o nosso maior cuidado. Quando conhecimento, responsabilidade e empatia caminham juntos, a escola deixa de ser cenário de medo e volta a ser território de formação humana.

O futuro não começa em instâncias distantes de poder. Ele começa na forma como acolhemos, educamos e escolhemos agir — no recreio, na sala de aula, nos grupos e em cada clique.

*Educar é impedir que
o ódio encontre plateia.
Educar é proteger
a humanidade.*

AVIVA18 Educação — Educar para Proteger

✉ educar@aviva18.com.br

AVIVA18
EDUCAÇÃO
EDUCAR PARA PROTEGER